

ESTUDOS I



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

ESTUDOS I

Cidadania, Instituição e Património

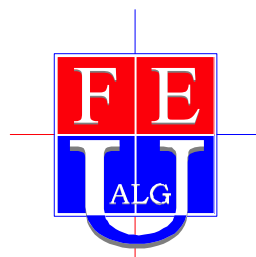
Economia e Desenvolvimento Regional

Finanças e Contabilidade

Gestão e Apoio à Decisão

Modelos Aplicados à Economia e à Gestão

A Faculdade de Economia da Universidade do Algarve



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2004

COMISSÃO EDITORIAL

António Covas
Carlos Cândido
Duarte Trigueiros
Efigénio da Luz Rebelo
João Albino da Silva
João Guerreiro
Paulo M.M. Rodrigues
Rui Nunes

FICHA TÉCNICA

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro
Tel. 289817571 Fax. 289815937
E-mail: ccfeua@ualg.pt
Website: www.ualg.pt/feua

Título

Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Autor

Vários

Editor

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Morada: Campus de Gambelas
Localidade: FARO
Código Postal: 8005-139

Compilação e Design Gráfico

Susy A. Rodrigues

Revisão de Formatação e Paginação

Lídia Rodrigues

Fotolitos e Impressão

Serviços Gráficos da Universidade do Algarve

ISBN

972-99397-0-5 - Data: 26.10.2004

Depósito Legal

218279/04

Tiragem

500 exemplares

Data

Novembro 2004

**RESERVADOS TODOS OS DIREITOS
REPRODUÇÃO PROIBIDA**

Turismo em ilhas: sustentabilidade e globalização

João Félix Martins

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

“ There need to be changes in institutions and in mind-sets. The free market ideology should be replaced with analyses based on economic science, with a more balanced view of the role of government drawn from an understanding of both market and government failures..

What is needed are policies for sustainable, equitable, and democratic growth. This is the reason for development.”

Joseph Stiglitz (2002) Globalization and its Discontents, 250-251.

“ The lesson for the twenty-first century is that the fight for security, prosperity and justice can no longer be won on any nation’s ground. It is international. It requires agreement on values. It is predicated on an acknowledgement of interdependence. It requires a political narrative.”

Will Hutton (2002) The World We’re In, 370.

Resumo:

O desenvolvimento sustentado tem sido usado e “multiabusado” desde o relatório Bruntlant de 1987, que, aliás, não se refere ao turismo no contexto da sustentabilidade. As ilhas são ecossistemas que merecem uma atenção especial devido à sua fragilidade. O turismo em ilhas, sendo opção de desenvolvimento, é do interesse dos diversos *stakeholders* e também um terreno fértil para a investigação teórica e aplicada. A sustentabilidade sem a competitividade é vazia, a competitividade sem a sustentabilidade é cega.

Esta agenda é particularmente importante para o território continental de Portugal e para as Regiões Autónomas e insulares da Madeira e dos Açores, enquanto destinos turísticos. Há que ter em conta os interesses dos residentes e “outros públicos.”

Palavras chave: Ilhas; Turismo; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Globalização; Competitividade.

Abstract:

Sustained development has been “multi-abused” since the 1987 Brundlant report, a report that in fact did not refer to tourism in the context of sustainability. Islands are ecosystems that deserve special attention given their vulnerability. Tourism on islands, as an option for development, is in the interest of different stakeholders and also a fertile area for theoretical and applied research. Sustainability without competitiveness is hollow, competitiveness without sustainability is blind.

This agenda is particularly important for the Portuguese continent and the autonomous insular regions of Madeira and Azores, while tourist destinations. It is important to consider the interests of residents and “other public”.

Keywords: Islands; Tourism; Development; Sustainability; Globalisation; Competitiveness.

Introdução

O turismo em ilhas é uma área específica do turismo global. Faz parte da agenda do sector por mérito próprio devido á dimensão apelativa que sempre lhe esteve subjacente.

Como as duas dimensões do fenómeno turístico, a global e a insular, estão interligadas por essência, será sobre a primeira, a global, que incidirão algumas considerações preliminares.

O turismo global poderá ser comparado metafóricamente a um tripé, constituído por um negócio, uma indústria (service product industry) e por uma ciência em processo de construção e reforço – que se consolidará e ganhará robustez científica no presente século - emergindo como uma das grandes novidades epistemológicas e do saber em geral, no presente e no futuro.

O produto turístico apresenta algumas características especiais implicando uma gestão diferenciada e específica. Poder-se-ão enfatizar como exemplos de notas caracterizadoras do produto turístico as seguintes: composto, muitas vezes apresentado como um package; dependente do consumidor e por isso variável; consumido no local de produção; partilhado com a população residente; perecível (não armazenável); interdependente (requerendo elevados níveis de organização e coordenação); bom potencial para captar receitas; de trabalho intensivo (empregando muita mão de obra); de saber intensivo; sazonal; muito baseado na concorrência em função do preço; pouco apadrinhado em geral pelos governos (o turismo não é de “voto intensivo”); com custos fixos elevados; muito permeável ao criticismo (“todos sabemos de turismo”); muito sensível à situação política e pressupondo grandes níveis de segurança – até ao ponto desta última se apresentar como vantagem competitiva dos destinos enquanto produtos turísticos.

Sendo o turismo uma opção de desenvolvimento não será despiciendo reflectir sobre os pressupostos dos modelos de desenvolvimento. De uma forma simplificada, poder-se-á enveredar por uma orientação pelo mercado ou por um modelo mais direccionado pela oferta. A primeira dá prioridade ao sector privado, visando o lucro e o retorno do investimento. A segunda centra-se no sector público; baseia-se no uso adequado e equilibrado dos recursos; “preocupa-se” com a conservação e a preservação; com a coordenação e compatibilização dos interesses - competindo-lhe as grandes funções de planeamento, coordenação e legislativa. Em “última instância” e em sede teórica, visa atenuar as desvantagens provocadas pela informação assimétrica, (Stiglitz,2002)

Talvez a melhor escolha estratégica para uma política de desenvolvimento em turismo, com visão e consistência, seja uma mistura entre as duas orientações, onde as doses da mistura são uma variável dependente das orientações políticas, ideológicas e económicas predominantes em determinado destino turístico.

De acordo, entre outros, com o *Código Mundial de Ética do Turismo* (1999) uma atenção particular deve ser concedida aos problemas específicos dos territórios insulares, (Ryan, 2002).

Com efeito, há já uma apreciável literatura científica e académica sobre o turismo em ilhas (Lockart, Smith, Schembri 1993; Briguglio, Archer, Jafari e Wall 1996; Briguglio, Butler, Harrison e Filho 1996; Hall e Page 1996; King 1997; Batle 2000; Bardolet 2002)

Segundo Butler (1993) as pequenas ilhas, já há muito tempo que são consideradas como lugares atraentes para efeitos de recreação e turismo. O mesmo autor (1993) revela factores como a “separação” e a “diferença” por contraponto aos territórios continentais, os quais fazem daqueles destinos turísticos espaços particularmente apelativos por natureza e “where such physical separateness, is accompanied by political separateness, the appeal can be expected to increase and given people’s desires for the different while in pursuit of leisure, different climates, physical environments and culture can all expected to further the attractiveness of islands as tourist destinations” (Butler, 1993: 71).

Por outro lado, o mesmo autor (1993) salienta que o desenvolvimento do turismo em ilhas, despertando o interesse tanto da comunidade académica bem como da investigação em geral, apresenta-se, no entanto, com a postura de estudo de caso, faltando-lhe uma moldura teórica e conceptual sólida. É neste pano de fundo que Butler (1993) propõe o seu modelo orgânico explicativo do ciclo de vida do destino turístico enquanto produto.

O mesmo autor numa comunicação apresentada na International Conference on Sustainable Tourism in Islands and Small States in the University of Malta (1993) refere que o desenvolvimento do turismo, em muitas áreas, tem sido marcado por um paradigma demasiado assente no crescimento acelerado, num tipo de turismo e de turistas que muitas vezes degradam os recursos que originariamente atraíram os próprios visitantes. Em consequência, esta “situação problemática de facto” contribuiu para a emergência tanto do turismo sustentado como outras formas de turismo, diferentes do turismo convencional de massas. É neste quadro de referência que as ilhas, assim como outras regiões isoladas, foram as mais afectadas pelo “sucesso” do próprio turismo e, por isso, são as que mais poderão beneficiar de um modelo sustentado de desenvolvimento.

Ritchie (1993) apresenta um “Special Report” onde se discute o contexto teórico em que decorreu o *Forum Internacional do Turismo em Ilhas*. Este trabalho de Ritchie inventaria de uma forma sumária um conjunto de questões que afectam o

turismo naqueles territórios. O mesmo autor (1993) argumenta que a identificação dos grandes temas e problemas, propicia matéria de facto para uma reflexão adequada e que, no evento ocorrido, os participantes apontaram para a necessidade de chamar à colação os políticos e decisores que protagonizam as décadas que se avizinham. Os grandes temas e problemas inventariados foram, os seguintes:

- preocupação com a competitividade dos destinos insulares;
- factores que contribuíram para o declínio da viabilidade e rentabilidade dos mercados insulares tradicionais;
- globalização das sociedades e consequências nos negócios como, por exemplo, a desregulação, privatização e comunicação tecnológica;
- globalização e procura do seu “contraponto” com a busca “for uniqueness and identity in a sea of homogeneity”;
- mudanças ocorridas nas ilhas como ecossistemas que são particularmente afectados pela globalização e pelas alterações demográficas;
- mudança da natureza do visitante desde a “época dourada” do turismo (desde 1950);
- o turista individual e as alterações dos comportamentos;
- preocupação central e genuína pelas questões ambientais;
- as ilhas com destinos turísticos e a premência na aposta de um modelo de desenvolvimento turístico integrado com outros sectores como a agricultura, as pescas, e a indústria em geral;
- a idade da informação e a sua influência no processo de decisão e no modo de fazer negócios;
- necessidade de uma eficaz política de recursos humanos.

A par dos “temas e problemas” acima elencados, Ritchie (1993) nota que a capacidade limitada das ilhas significa problemas acrescidos de gestão com as correlativas dificuldades e especificidades.

Com efeito e citando Ritchie (1993: 305): *“In brief the managing of island tourism destinations is a delicate and demanding task. The destination must be competitive while remaining sensitive to the values of the local culture and the fragility of the small economy, which surrounds it. To be successful, a genuine understanding of the factors affecting island tourism needs to be achieved”*.

Wilkinson (1994) enfatiza que o “recurso turístico” não é um simples bem ou serviço, mas um feixe de bens e serviços onde há que considerar o natural e o humano, o social e o cultural, económico e o espiritual, facto e ficção e também a sua natureza sistémica e contextual. Na mesma linha, Wilkinson (1994) considera que no tocante à gestão do “recurso” dever-se-à ter em conta o poder e a política.

Além disso, e citando Wilkinson (1994: 46): *“there has been very little in-depth comparative work focusing on the historical development of tourism resources management policies and planning in order to see whether there were common threads in tourism across islands or whether each case is unique”* – que o mesmo é

dizer: através dos estudos comparados, escassos de momento, há que detectar as identidades e as diferenças buscando a invariante que sirva de suporte à construção teórica, científica e doutrinária.

Edgell (1995) aponta que há desafios para o turismo em ilhas com “lugar marcado” na “arena global”, ao mesmo tempo que sugere “nove sombras” da década de 90, indiciadoras e futurantes, que deverão ser tidas em conta pelos territórios insulares, almejando o sucesso competitivo. Essas mesmas sombras podem fornecer instrumentos para os mercados ilhéus, assim como influenciar a formulação de programas de planeamento e gestão, direccionados para o turismo internacional: a sombra da mudança; o desafio da competitividade; as tecnologias de comunicação e transportes; as questões de saúde e de segurança; a formação dos recursos humanos; a diversidade; a interdependência e o ambiente.

Por outro lado e no mesmo trilho, Conlin e Baum (1995) conclamam como grandes questões para o turismo em ilhas, o planeamento e a política de desenvolvimento em turismo; turismo e sustentabilidade; os temas de marketing e, como inevitável, a competitividade. Em consonância, os mesmos autores exploram as áreas de referência por eles citadas, as quais, segundo opinam, estão iminentes e são desafiantes, para as ilhas enquanto destinos turísticos que pretendem alcançar vantagens competitivas.

Por seu turno, Murphy (1995) ao mesmo tempo que adverte que a combinação entre ilhas e turismo urbano, possa ao primeiro lance, parecer um *oxymoron* isto é, uma junção de palavras de sentido contraditório, os dois conceitos apresentam-se, contudo, associados no que à gestão do turismo diz respeito. Assim Murphy (1995) salienta que a ligação entre os espaço urbanos em ilhas e os visitantes podem ser *“traced to the early settlements, where invaders or colonists established the first toe hold in their new environment. Such settlements were often based on the presence of save harbours, good water supplies and arable land that would support a growing population”* (Murphy, 1995: 167). O mesmo autor faz notar que essas condições determinantes de localização não só influenciam os padrões urbanos das ilhas como criam igualmente as atracções e infraestruturas propiciadoras do processo de desenvolvimento do turismo Murphy, (1995) além disso, observa que há um sentido de lugar e de escala associado ás pequenas ilhas e que estas ocupam um espaço de eleição na grelha de referência das pessoas, em virtude do seu isolamento, da sua insularidade e da sua distinção no sentido de unicidade ou singularidade. Deste modo, e por outro lado, a idiosincrasia insular, - sua terra, o seu mar e as suas gentes – faz com que estes “microcosmos” se tornem particularmente vulneráveis. Por isso, não surpreende que Murphy (1995: 178) observe : *“The relationships which exist between island and urban tourism will encourage further investigation and development of this synergistic partneships. This in turn may help the microcosm societies of our islands prepare themselves more throughly for the delights and frustation of modern tourism.”*

Butler (1996) discute o conceito de desenvolvimento sustentado como matriz do desenvolvimento do turismo, com especial enfoque para a temática do turismo em ilhas. O mesmo autor (1996) relembra que os problemas concernentes ao

desenvolvimento do turismo de uma forma sustentada, são nestes espaços sobremaneira agravados em virtude de imensas e comuns “questões e problemas”. Seguindo Butler (1996) e a “título de inventário” o seu diagnóstico programático pode ser sintetizado do seguinte modo:

Problemas

- as ilhas e as regiões periféricas são mais vulneráveis aos impactos do turismo;
- mercado local limitado, pouca massa crítica e comunicações deficientes;
- dependência dos intermediários;
- grande dependência, em muitos casos, do turismo;
- quanto mais pequenas são as ilhas menos controlo existe pelos seus residentes no que toca à natureza e escala do desenvolvimento;
- o desenvolvimento é dominado e controlado por forças externas.

Capacidade

- limitado número, finitude dos recursos e problemas de capacidade de carga;
- grande pressão sobre os recursos, o ambiente e sobre os residentes;
- o “apelo inato” das ilhas para os turistas.

Acesso

- limitado número de visitantes motivado pela localização e pela dificuldade de acesso;
- atitude ambígua dos residentes, pois que a redução da actividade turística poderá significar “impactos negativos”.

Atitudes perante o desenvolvimento

- mais apoio ao crescimento do turismo do que a sua redução;
- preocupação das organizações nacionais de turismo pelo *marketing* e promoção;
- reduzido número dos que estão mandatados para determinar a capacidade de carga e o número de visitantes;
- desejo dos *tour* operadores e outros em aumentar o crescimento.

Natureza do turismo

- o turismo, sendo baseado nas atracções naturais (flora e fauna, cultura local, paisagem e recursos marinhos) oferece maior potencial para o desenvolvimento sustentado.

Controlo do turismo

- problemas respeitantes ao planeamento, acesso e mercado;

- a questão do poder da autoridade local, regional ou nacional no que tange à promoção das ilhas como destinos turísticos.

Opções políticas

- necessidade de uma política de turismo;
- redução dos impactos.

Apostando no turismo como “passaporte para o desenvolvimento” três “opções políticas” poder-se-ão configurar como cenários:

- uma política de isolamento e contenção baseada em *ghettoes* e enclaves;
- uma política direccionada para um crescimento turístico rápido, de massas e de mudança radical;
- uma política gradualista de integração e absorção com competitividade e sustentabilidade.

Butler (1996) antes de apresentar as ilhas Shetland como caso de estudo sintetiza (1996: 20) o que foi apresentado do seguinte modo: “ *The above discussion has identified a number of issues and problems, which, it has been argued, are significant in determining the likelihood of island destinations achieving a form of tourism which is essentially in line with sustainable development principles*”.

Batle (2000) centra-se sobre as recentes iniciativas políticas nas Ilhas Baleares que consubstanciam a ocupação do espaço e o planeamento na linha da Sustentabilidade.

Com efeito o *Plan de Ordenacion de L’oferta Turística (POOT)*, ou plano de regulação “*aims to regulate all activities that have impacts on tourism supply, to rearrange it through restrictive space planning, and thus to protect the environment*” (Batle, 2000: 524). O POOT tem validade automática e o planeamento urbano tem que ser adaptado para apoiar aquele. O mesmo autor (2000) observa que até onde o modelo das Baleares é exportável para outros destinos torna-se difícil de avaliar. Na verdade os factores situacionais são únicos mas o *mix* entre o planeamento da ocupação do espaço, por um lado, e a gestão do turismo, por outro, constituem uma questão estruturante e imperativa para os destinos turísticos maduros.

Além disso e citando Batle (2000: 525): “ *The process has been a centralized one, involving the participation of all tourism agents. Therefore it deserves special consideration*”.

Bardolet (2002) defende que as Baleares foram pioneiras do turismo popular não sustentado desde 1950 e do desenvolvimento turístico sustentado desde 1984. Para este autor (2002) o processo de mudança do turismo de massas para sustentado é lento e complexo quando atingida que é uma dimensão crítica de massificação. Ao mesmo tempo, a insularidade, ajudando a especialização e desenvolvimento do turismo,

implicou custos em relação a outras opções económicas alternativas. No entanto Bardolet (2002) defende que os académicos especializados em *marketing* têm “uma palavra a dizer” no tocante à sustentabilidade do turismo porque a ênfase conferida ao planeamento vai de encontro aos interesses e expectativas dos turistas. Por outro lado, a competitividade, apresentando-se como um requisito fundamental para o turismo sustentado, confere às técnicas de *marketing* uma dimensão estratégica e operacional de inquestionável importância

No caso da Madeira e dos Açores, uma análise mais detalhada ficará para outra oportunidade: são dois bons “ativos patrimoniais” em momentos diferentes no processo de desenvolvimento turístico, implicando políticas sectoriais e regionais apropriadas, tendo em conta as suas singularidades bem como o seu estatuto autonómico. No entanto, sendo destinos turísticos de qualidade, que pretendem uma “competitividade sustentada” talvez não seja despicienda uma lembrança de solidariedade – válida aliás também para o território continental:

“Nós não herdamos o continente, a Madeira e os Açores; pedimo-los emprestados aos nossos filhos”.

Considerações Conclusivas

Claramente, a breve revisão da literatura efectuada sugere que as ilhas apresentam especificidades e idiosincrasias próprias em relação ao turismo e seu desenvolvimento. Alguns impactos do turismo são condensados e poderão ser ampliados pela pequena escala ou dimensão daqueles espaços enquanto destinos turísticos. O estatuto especial das ilhas confere a estas um vasto manancial de possibilidades, passível de investigação, com interesse para os diversos públicos: académicos, sector privado, sector público, políticos e residentes. A quantidade de estudos, já apreciável no que diz respeito ao turismo em ilhas, testemunha as promissoras virtualidades e robustez científica desta linha de pesquisa, tanto teórica como aplicada e comercial.

Apresentando “cartão de identidade próprio” e sendo regiões periféricas ou ultraperiféricas, como no caso da Madeira e dos Açores, expõem a sua vulnerabilidade. Têm uma envolvimento inata para o turismo, muitas vezes associada ao romantismo, como “marca genética” de origem.

Dispõem de condições favoráveis para um desenvolvimento turístico com graus de sustentabilidade, estratégias e políticas dependentes do lugar que ocupam no ciclo da vida do produto. Apostando no turismo como via de desenvolvimento, diversas opções políticas poderão surgir como cenário.

Estas são algumas linhas de força para um modelo de desenvolvimento turístico em ilhas que deverá sempre ter em conta os diversos interesses: um modelo de

convergência, de coordenação e de “inclusividade”. Sem esquecer os seus residentes – principais destinatários – do processo de desenvolvimento, da modernidade e da internacionalização . E isto sem perda da sua matriz identitária e insular.

BIBLIOGRAFIA

- Bardolet, E., 2002, Visions of sustainability, the case of the balearic islands paper presented at atlas international conference, Lisboa, Estoril, 14-16 de Novembro.
- Batle , J., 2002, Rethink tourism in the Balearic islands, *Annals of Tourism Research* 27 (2) 524-526.
- Briguglio, L., Archer, B., Jafari, J., and Wall, (eds) 1996, *Sustainable Tourism in Islands and Small States: issues and policies*, New York: Printer.
- Briguglio, L., Butler, R., Harrison D., and Filho, W.L., (eds) 1996, *Sustainable Tourism in Islands and Small States: case studies*, New York: Printer.
- Butler, R:W:, 1993, tourism development in small islands, past influences and future directions in Lockart, D.G., Smith D.D., Schembri (eds) *The development process in island states*, London and New York: Rouheldge, 71-91.
- Butler, R:W, 1996, Problems and Possibilities of Sustainable Tourism: the case of the Shetland islands in Briguglio, L., Butler R., Harrison, D., and Filho,W.L.,(eds) *Sustainable Tourism in Small States: Case Studies*, New York: Pinter.
- Conlin, M.V., and Baum, T., (eds) 1995, *Island Tourism, Management Principles and Prattice*, Chichester: John Wiley, & Sons.
- Costa, C., 2001, An emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism *International Journal of Tourism Research*, 3, 425-441.
- Edgell, D.L., 1995, Major markets and island tourism planning,: The US perspective in Colin, M.V., and Baum, T., (eds) *Island Tourism Management Principles and Prattice*, Chichester: John Wiley, & Sons, 15-22.
- Félix Martins, J., Attitudes of Resident Towards Tourism in Madeira, unpublished PHD Thesis, University of Surrey.
- Filho,W.L., (eds) Sustainable Tourism in Islands and Small States: Case Studies, New York: Printer, 11-31.
- Hall, C.M., and Page, S. J., (eds) 1996, *Tourism in the Pacific Issues and Cases*, London: International Thomson Bussiness Press.

Hutton, W., 2002, *The World We're In*, London: Little Brown.

International Conference on Sustainable Tourism in Island and Small States, 1993, Foundation for International Studies, Malta 18-20 November, Proceedings.

King, B. E. M., 1997, *Creating Island Resorts*, London and New York: Routledge.

Lockhart, D. G., Smith, D. D., Scembri (eds) 1993, *The Development Process in Small Island States*, London and New York: Routledge.

Murphy, P. E., 1995, Island - based urban tourism: The case of Victoria, in Colin, M. V., and Baum, T., (eds) *Island Tourism, Management Principles and Practice*, Chichester: John Wiley, & Sons, 167-179.

Organização Mundial do Turismo, 1999, *Código Mundial da Ética do Turismo*, Madrid: DGT (trad. port).

Pender, L., 2001, *Travel Trade and Transport, An Introduction*, London and New York: Continuum.

Ritchie, J. R. B., 1993, Issues in price – Value competitiveness of island tourism destinations in Ritchie, J. R. B., and Hawkins, D. E., (eds) *World Travel and Tourism Review, Indicators, Trends and Issues*, 3, Oxon: Cab International, 290-305.

Ryan, C., (2002) Equity management, power sharing and sustainability – issues of the “new tourism”, *Tourism Management*, 23 (1), 17–26.

Stiglitz, J., 2002, *Globalization and its Discontents*, London: Allen Lane, The Penguin Press.

Wilkison, P.F., 1994, Tourism and small island states: problems of resource analysis, management and development in Seaton et al (eds), *Tourism the State of the Art*, Chichester: J. Wiley & Sons, 41-51.

World Tourism Organisation; 1995, *Lanzarote Charter for Sustainable Tourism*, Madrid: WTO.